

ESPAÇO ABERTO A EDUCADORES



Ministério da Cultura, Instituto Unimed-BH e
Espaço do Conhecimento UFMG apresentam:

ESPAÇO ABERTO A EDUCADORES

Acessibilidade: o que todo(a) professor(a) precisa saber



SUMÁRIO

Apresentação	4
A Lei Brasileira de Inclusão: Sentidos, Alcances e Limites na Realidade Educacional	7
Quais são as características das deficiências	16
Atendimento a Pessoas com Deficiência	19
Professor Regente e Professor de Apoio	24
Como transformar os princípios da LBI em ações no dia a dia	28
Incluir estudantes com deficiência em salas regulares com apoio necessário	32
Que tal convidar uma pessoa neurodivergente ou com deficiência para um bate-papo com os alunos?	34
Aqui vão alguns lugares que podem contribuir e prestar suporte acessível, que são referências na cidade de Belo Horizonte:	36
Como o professor pode contribuir para ampliação de pessoas com deficiência em espaços culturais	38

A acessibilidade nas visitas ao Espaço do Conhecimento UFMG bate-papo com os alunos?	41
Materiais do Espaço do Conhecimento UFMG sobre o tema da acessibilidade e produções acessíveis para explorar em sala de aula:	43
REFERÊNCIAS	47

**O ESPAÇO DO
CONHECIMENTO
UFMG**

APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Ações Educativas e Acessibilidade do Espaço do Conhecimento UFMG realiza atividades de atendimento ao público do museu e também mantém ações voltadas para a formação de professoras e professores sobre temas das nossas exposições e outros assuntos importantes para a prática docente. Esse processo de formação acontece por meio de dois projetos. O primeiro, “Educação na Praça”, consiste em oficinas gratuitas, aos sábados, voltadas para professores em atuação e em formação. Nos encontros, já foram abordados o ensino de astronomia nas escolas, a presença de quadrinhos africanos no mercado editorial brasileiro e as possibilidades pedagógicas de trabalhar com tais obras em sala de aula, além da presença indígena na universidade.

A segunda iniciativa, denominada “Espaço Aberto a Educadores”, é um canal para ampliar os diálogos e compartilhar reflexões entre o educativo do museu e as professoras e professores da rede de Educação Básica. Uma das ações propostas é uma coluna especial no “Blog do Espaço!”, com textos especialmente voltados para educadores, que trazem discussões sobre o processo de mediação, o planejamento de visitas e diversos outros assuntos pertinentes à área de educação, cultura e museologia, sendo que alguns dos textos são escritos por professoras e professores relatando os processos de pré e pós visita. Além disso, uma newsletter e um canal de transmissão pelo Whatsapp para a divulgação da programação do museu. Em 2025, o projeto também viabilizou a visita de quatro

escolas públicas por meio do sorteio de auxílio para contratação de ônibus, as instituições foram sorteadas por meio da participação dos professores nos encontros presenciais do Espaço Aberto a Educadores.

Entre essas ações estão também a publicação de livretos e cartilhas temáticas destinadas aos professores como material de apoio. Em 2021, foi lançada a primeira edição da publicação Espaço Aberto a Educadores, abordando os conceitos orientadores do educativo, como educação não formal, acessibilidade, transdisciplinaridade em museus, divulgação científica, bem como o processo de agendamento de visita do Espaço do Conhecimento UFMG. Em 2024, a publicação de textos visa ampliar as discussões referentes e colaborar com a consolidação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino de culturas e história afro-diaspórica e, posteriormente, em 2018, o ensino da cultura e história dos povos indígenas no Brasil.

Agora, em 2025, este material busca abordar a acessibilidade e a inclusão na escola e em espaços culturais, como o museu. A escolha desse tema se deu em função da comemoração dos 10 anos de existência da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A criação da lei se entrelaça com a história do Espaço do Conhecimento UFMG, uma vez que, também em 2015, com apoio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade UFMG, por meio do Programa de Apoio a Inclusão e Promoção à Acessibilidade (PIPA), teve início o projeto “Mediação em espaços culturais e acessibilidade: propostas de inclusão para pessoas com deficiência no Espaço do Conhecimento UFMG”. A cada ano, o projeto tem buscado reduzir barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas ainda presentes nos museus, por meio de oficinas acessíveis,

atividades formativas voltadas à equipe e ao público, além da instalação de recursos de tecnologia assistiva nas exposições, como mapas táteis, audioguias e audiodescrição. Nesse processo, as ações acessíveis e as formações continuadas realizadas ao longo dos anos têm contribuído para consolidar práticas educativas comprometidas com a diversidade e o pertencimento. Inspirado no lema “Nada sobre nós sem nós”, o projeto reafirma o protagonismo das pessoas com deficiência, colocando-as no centro das decisões e das ações que impactam diretamente suas vidas.

Assim, a presente publicação é mais um passo para auxiliar na construção de uma sociedade mais inclusiva, acessível e preparada para lidar com a diversidade. Neste material, apresentamos textos e orientações voltados às professoras e aos professores, com o objetivo de apoiar práticas pedagógicas e contribuir para a construção de um espaço escolar acessível e inclusivo. Além disso, buscamos reforçar o entendimento de que o acesso a museus e espaços culturais é um direito das pessoas com deficiência.

Boa leitura!!!

A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO: SENTIDOS, ALCANCES E LIMITES NA REALIDADE EDUCACIONAL

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, consolidou os direitos das pessoas com deficiência nas áreas da educação, do trabalho, da saúde, da cultura e do transporte. Inspirada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo Brasil em 2009, a LBI adota o modelo biopsicossocial da deficiência. Esse modelo, que se consolidou a partir de debates iniciados no Reino Unido em 1966, amplia a compreensão da deficiência ao reconhecer não apenas as barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e institucionais que limitam a participação social, mas também a necessidade de cuidados decorrentes de impedimentos físicos, sensoriais, intelectuais ou de outras condições de saúde. Assim, reafirma-se a autonomia das pessoas com deficiência, bem como o seu direito de plena participação social.

VALE A PENA CONHECER:

Nada sobre nós, sem nós

Princípio que expressa o protagonismo das pessoas com deficiência na formulação de políticas, decisões e práticas que afetam suas vidas. Rompe com visões paternalistas e reforça a inclusão como processo democrático.

A LBI visa garantir vida digna e igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e ações afirmativas. Segundo Sassaki (2010), no Brasil, há uma grande distância entre a legislação e sua plena efetivação na prática social e escolar. A aplicação da lei depende não apenas do poder público, mas da ação conjunta de escolas, empresas, instituições e da própria sociedade. A lei assegura o acesso universal à educação em todos os níveis, da Educação Básica à Superior, com suporte necessário e sem

discriminação (Brasil, 2015), garantindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva com a formação de professores, adaptação curricular e de avaliações e profissionais de apoio escolar.

“CAPÍTULO IV da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (Lei brasileira de inclusão, 2015)

No campo cultural, a LBI certifica o acesso a museus, teatros, bibliotecas e outros espaços culturais de maneira autônoma e segura, por meio da oferta de recursos de acessibilidade comunicacional, incluindo audiodescrição, legendas, tradução em Libras e materiais em formatos acessíveis, como o braille e o texto ampliado. De acordo com Sarraf (2008), a acessibilidade cultural amplia as oportunidades de fruição estética, pertencimento e construção de identidade, elementos fundamentais da cidadania.

Portanto, é responsabilidade tanto das instituições e educadores quanto do Estado garantir os direitos educacionais previstos na LBI. Para isso, é necessário que haja formação adequada, planejamento pedagógico, apoio institucional e, principalmente, a supervisão e a fiscalização contínua por parte do governo e da sociedade para garantir o cumprimento efetivo desses direitos.



A acessibilidade é uma realidade concreta ou ainda uma promessa legal em processo de consolidação?

Segundo o Portal Diário Pessoa com Deficiência (PcD), com base em pesquisa realizada em 2022, com profissionais da Educação Básica, pela Associação Nova Escola¹ menos de 25% dos profissionais da área afirmam sentir-se preparados para atender estudantes com deficiência. . Essa insegurança pedagógica é recorrente entre os docentes. Segundo um levantamento do Instituto Rodrigo Mendes (2021)², muitos professores se sentem despreparados para oferecer ensino de qualidade aos estudantes com deficiência. A falta de formação continuada, somada à ausência de suporte técnico, gera um ambiente pouco inclusivo e desmotivador.

Esses dados evidenciam um equívoco recorrente na compreensão do que é, de fato, a acessibilidade: muitas vezes, ela é reduzida à presença de rampas ou pisos táteis, desconsiderando dimensões igualmente fundamentais como a comunicação, a linguagem e as atitudes pedagógicas.

O conceito de acessibilidade vai além da adaptação física: envolve comunicação, linguagem, atitudes e métodos. Exemplos disso podem ser encontrados na Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), que engloba estratégias e tecnologias para apoiar pessoas com dificuldades de comunicação ou na Língua Brasileira de Sinais (Libras), um exemplo de medida inclusive no âmbito linguístico para pessoas surdas, permitindo a plena participação em diversas esferas da sociedade. Como afirma Diniz (2017), tratar acessibilidade como concessão reforça o capacitismo, isto é, a ideia de que pessoas com deficiência são inferiores ou incapazes, ecoando o modelo médico da deficiência.

¹ Organização social sem fins lucrativos que atua no fortalecimento de professores da Educação Básica : <https://novaescola.org.br/>

² Organização sem fins lucrativos que visa garantir que toda pessoa com deficiência tenha educação de qualidade: <https://institutorodrigomendes.org.br/>



TIPOS DE ACESSIBILIDADE:

Arquitetônica:

adequações físicas dos espaços (rampas, pisos táteis, elevadores).

Comunicacional:

recursos de acesso à informação (Libras, audiodescrição, legendas, CAA).

Atitudinal:

eliminação de preconceitos e estereótipos nas práticas sociais.

Pedagógica:

adaptações curriculares, materiais acessíveis e estratégias didáticas inclusivas.

O termo “capacitismo” traduz o conceito de ableism, cunhado por Fiona Kumari Campbell, que o define como um sistema de discriminação e opressão baseado na valorização de certos corpos e habilidades em detrimento das pessoas com deficiência (CAMPBELL, 2009).

Educar é articular saberes entre espaços diversos, construindo pontes que ampliam horizontes e promovem a emancipação de todos os sujeitos

A escola, o museu e outros espaços similares atuam como ambientes de educação formal e não-formal, bem como espaços de sociabilidade. Assim sendo, ambos devem garantir medidas de acesso, acolhimento e possibilidades de desenvolvimento e engajamento plurais e de forma não-excludente. Sarraf (2008) defende que a acessibilidade cultural deve ser compreendida não apenas como uma obrigação legal, mas como uma estratégia fundamental para assegurar o acesso ao conhecimento. O adequado exercício deste princípio em instituições culturais consolidadas constitui uma estratégia adicional para a superação da perspectiva paternalista de democratização da cultura, definida por Botelho (2016) como uma concepção que se apoia na ideia de que apenas um tipo de cultura é digno de difusão e que basta assegurar o contato com esse modelo cultural para promover o engajamento da população. Nessa lógica, o simples aumento do número de museus e instituições equivaleria à ampliação do acesso.

Como a inclusão pode ser um instrumento de fortalecimento da democracia cultural e da cidadania?

O uso de estratégias para contemplar a presença e apropriação dos espaços culturais por indivíduos historicamente ostracizados, embora não seja suficiente para sanar o problema como um todo, tendo em vista seu caráter multifacetado, atua como resposta à ideia de democratização da cultura, que “[...] tem por princípio a expressão das subculturas particulares e o fornecimento aos marginalizados pela cultura tradicional os meios para seu próprio

desenvolvimento, segundo suas necessidades e exigências” (Botelho, 2016, p. 37). A ampliação, manutenção e garantia de medidas de acessibilidade seria, portanto, uma das formas possíveis de enfrentar esse processo de exclusão de indivíduos. Assim sendo, quando há educadores formados e comprometidos com a inclusão, os resultados são positivos. A inclusão melhora o desempenho acadêmico, fortalece vínculos afetivos e promove respeito à diversidade (Mantoan, 2015). Além disso, beneficia todos os alunos, já que a busca pela criação de um ambiente mais empático e cooperativo se configura como um exercício de cidadania.

Inclusão é transformar espaços e práticas para que todos possam aprender e pertencer

A parceria entre o professor regente, ou seja, o principal professor à cargo do ensino em sala, e o professor de Atendimento Educacional Especializado é essencial. Conforme Glat (2018), essa colaboração deve ser horizontal, construída com diálogo e troca de experiências, a fim de garantir o desenvolvimento integral do aluno com deficiência.

Incluir vai além de aplicar técnicas. É preciso ouvir, respeitar e construir relações humanas significativas. O vínculo é o ponto de partida para qualquer processo pedagógico transformador. Não se trata de adaptar o aluno aos espaços de formação, mas de adaptar os espaços formativos a todos os alunos (Mantoan, 2015).



QUAIS SÃO AS CARACTERÍSTICAS DAS DEFICIÊNCIAS

A acessibilidade é um tema muito discutido nos últimos anos dentro das escolas. Mas, será que esses espaços de educação estão preparados para receber pessoas diversas? A acessibilidade no contexto educacional transcende a adaptação física do ambiente escolar; ela engloba garantir que todos os estudantes – com ou sem deficiência – tenham acesso aos conteúdos, atividades, ambientes e tecnologias. Trata-se de um processo com o objetivo de eliminar barreiras físicas, sensoriais, comunicacionais e atitudinais. Preparar-se é importante para que o(a) professor(a) trabalhe em uma educação que ofereça oportunidades iguais de participação, engajamento e sucesso para todos.

Um dos pilares dessa abordagem é o Design Universal para a Aprendizagem, que recomenda a criação, desde o início, de materiais e atividades com múltiplas formas de representação, expressão e engajamento. Isso significa, por exemplo, usar textos acessíveis, legendas em vídeos, versões em áudio e recursos visuais para explicar conceitos, além de diversificar as formas de avaliação.

Importa destacar que a acessibilidade deve ser encarada como um desenvolvimento contínuo, e não apenas como uma iniciativa pontual. Este material tem como objetivo contribuir para que você, educador, conheça mais sobre acessibilidade e reflita sobre novas possibilidades de atuação na escola..

Por exemplo, no Espaço, ao se deparar com a réplica do fóssil do Rincossauro, as crianças podem deixar escapar diferentes expressões: Uau! Que legal! O que é aquilo? É de verdade? Pode tocar? Estou com medo! Parece um lagarto! Ele tem bico de papagaio! Essas falas, indagações e sentimentos só são possíveis pela dimensão da experiência que perpassa as visitas. Como coloca Jorge Larossa Bondía (2002): experiência é aquilo que nos acontece, nos toca, que nos acontece e permanece.

Quando a visita ao Espaço torna-se significativa, depois de anos o visitante pode se lembrar por exemplo, de como o Cruzeiro do Sul ajuda na localização das pessoas, por ter visto essa informação em uma sessão do planetário. Ou se lembrar das histórias que conheceu na parte da exposição sobre Minas Gerais, ao ver o fuxico na colcha da casa da avó. Cada visitante terá uma lembrança e um saber construído durante a visita, porque a dimensão da experiência é individual, embora compartilhada. É um desafio constante para os museus e para o Espaço do Conhecimento UFMG potencializar esses espaços e momentos de compartilhamento de experiências, questionamentos e lembranças.



ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A terminologia correta utilizada hoje em dia é Pessoa com Deficiência, por exemplo: pessoa com deficiência intelectual, pessoa com deficiência visual, pessoa com transtorno do espectro autista.

PESSOAS EM USO DE CADEIRA DE RODAS

- ☒ Verifique se a pessoa deseja algum tipo de ajuda.
- ☒ Apenas ofereça apoio se for solicitado e respeite os limites.
- ☒ Sempre fale diretamente à pessoa, não ao seu intérprete ou assistente pessoal.
- ☒ Não toque na cadeira da pessoa sem autorização.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

- ☒ Converse com a pessoa normalmente, evitando atitudes de superproteção.
- ☒ Não deixe de explicar e/ou informar, pressupondo que a pessoa não compreenderá.
- ☒ A pessoa deve fazer sozinha tudo o que puder; ajude-a quando realmente for necessário. Incentive a autonomia.
- ☒ Trate adolescentes e adultos de acordo com sua faixa etária; se preciso, fale de forma pausada e clara.
- ☒ Procure conhecer a pessoa para auxiliá-la da melhor forma, quando necessário.

PESSOAS COM PARALISIA CEREBRAL

- ❖ Não deixe de explicar algo achando que a pessoa não entenderá.
- ❖ Converse com a pessoa normalmente, evitando superproteção.
- ❖ A pessoa deve fazer sozinha tudo o que puder; ajude-a quando realmente for necessário.
- ❖ Procure conhecer a pessoa para auxiliá-la da melhor forma, quando necessário.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA — TEA

- ❖ Evite toques físicos sem consentimento, pois podem ser percebidos como invasivos
- ❖ Avise a pessoa se ela for para um lugar barulhento, pois algumas pessoas podem ter hipersensibilidade sonora.
- ❖ Avise a pessoa se ela for para um lugar muito iluminado ou com muitos estímulos visuais, pois algumas pessoas podem ter hipersensibilidade visual.
- ❖ Explique tudo de forma clara, sem presumir que a pessoa não entenderá.

ATENDIMENTO A PESSOAS SURDAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

- ❖ Pessoa surda é diferente de pessoa com deficiência auditiva
- ❖ Pessoa surda é aquela que vive e participa da sociedade por meio da Libras, já as pessoas com deficiência auditiva são aquelas que utilizam prioritariamente o português na comunicação.
- ❖ Perceba como a pessoa quer que você se comunique com ela. Ela pode preferir que você fale normalmente, quando ela vai realizar leitura labial. Não exagere na hora de pronunciar as palavras. Caso o surdo não entenda ele pedirá para você repetir ou falar mais devagar.
- ❖ Também é possível se comunicar através da escrita em um papel. Mas lembre-se de que nem todas as pessoas surdas dominam o português. Por isso, escreva frases curtas, de forma direta.
- ❖ Na presença de um intérprete de Libras, dirija-se sempre a pessoa surda. Você está dialogando com ela, e o intérprete está mediando a comunicação.

ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

- ⊗ Ao identificar uma pessoa com deficiência visual, aproxime-se e diga quem você é (por exemplo: professora, coordenadora).
- ⊗ Nem toda pessoa com deficiência visual é cega, muitas pessoas tem baixa visão.
- ⊗ Ao precisar se deslocar para outro ambiente, avise para que a pessoa não continue falando sozinha.
- ⊗ Durante a conversa, apresente quem chega ao grupo e indique onde está cada pessoa.
- ⊗ Ao oferecer uma cadeira, informe o que está fazendo e guie a mão da pessoa até o encosto, o braço ou o assento, dizendo: “Este é o encosto da sua cadeira”.
- ⊗ Se estiver se oferecendo para guiá-lo, encoste delicadamente o seu cotovelo no braço dele.
- ⊗ Considere que você está acompanhado ao calcular os espaços por onde irão passar.
- ⊗ Se o local for estreito ou houver um obstáculo, leve o cotovelo levemente para trás. Esse movimento fará com que a pessoa cega siga logo atrás de você, pelo mesmo caminho.
- ⊗ Ao guiar, desvie a pessoa de obstáculos ou avise sobre eles, mesmo que ela tenha baixa visão.
- ⊗ Tenha atenção especial com portas entreabertas, pois representam risco.

**PROFESSOR REGENTE E
PROFESSOR DE APOIO**

Nos vários estados do Brasil a nomenclatura para se referir a quem acompanha a pessoa com deficiência varia, mas é importante ter bem definidas quais as funções de cada um desses dois profissionais dentro do ambiente escolar.

Suas atribuições são distintas, mas complementares, com o objetivo de promover a educação para todos os alunos. Abaixo estão as principais funções de cada um:

FUNÇÕES DO PROFESSOR REGENTE EM SALA DE AULA

O professor regente é o responsável pelo planejamento e condução das atividades pedagógicas de toda a turma. Suas principais funções incluem:

- ✿ Planejamento e execução de aulas para todos os alunos, considerando diferentes níveis de aprendizagem.
- ✿ Avaliação do desempenho dos estudantes, ajustando estratégias conforme necessário.
- ✿ Promoção da inclusão, adaptando metodologias e materiais para atender à diversidade.
- ✿ Articulação com o professor de apoio, refletindo juntos sobre atividades e avaliações.
- ✿ Incentivo à autonomia dos alunos, incluindo aqueles com deficiência.
- ✿ Participação em formações e reuniões pedagógicas, visando o aprimoramento profissional.

FUNÇÕES DO PROFESSOR REGENTE EM SALA DE AULA

O professor de apoio atua como mediador do processo de inclusão. Suas funções envolvem:

- ❁ Apoiar o aluno com deficiência no processo de aprendizagem, dentro da sala de aula comum.
 - ❁ Colaborar com o professor regente, propondo estratégias pedagógicas inclusivas.
 - ❁ Adaptar recursos e materiais didáticos, em parceria com os professores.
 - ❁ Estimular a autonomia e participação do aluno com deficiência nas atividades escolares.
 - ❁ Observar e registrar o desenvolvimento do aluno, contribuindo com dados para avaliações.
 - ❁ Apoiar socialmente o aluno, promovendo interações positivas com os colegas.
 - ❁ Realizar orientações aos colegas da equipe escolar.
- O professor regente não deve transferir sua responsabilidade ao professor de apoio*. A inclusão é dever de toda a equipe pedagógica.
- O trabalho conjunto e o diálogo constante entre esses profissionais é essencial para o sucesso da inclusão escolar.



COMO TRANSFORMAR OS PRINCÍPIOS DA LBI EM AÇÕES NO DIA A DIA

Para transformarmos os princípios da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) em ações práticas, devemos buscar formas de tornar os direitos e garantias previstos na lei parte efetiva da vida cotidiana dos alunos, promovendo inclusão, acessibilidade e igualdade de oportunidades. Aqui estão algumas formas práticas de aplicar esses princípios:

Princípio 1

Garantir acesso aos espaços, transportes, tecnologias e informações.

Ações práticas:

⊗ No seu espaço ou escola, existem ambientes adaptados, como rampas, elevadores ou banheiros acessíveis? Faça um levantamento das condições de acessibilidade e dos espaços disponíveis. Atitudes como essa podem facilitar muito a chegada de um aluno com deficiência.

⊗ Que tal transformar essa tarefa em uma atividade dos próprios alunos? Tornar o levantamento um processo coletivo pode promover mais discussões, engajamento e reflexão sobre a importância da acessibilidade no ambiente escolar.

⊗ Você já parou para pensar que a maneira como você se comunica pode não estar alcançando todos os seus alunos?

⊗ Vivemos em um ambiente cada vez mais diverso, e hoje temos um entendimento mais amplo sobre a neurodiversidade, condições e diferentes tipos e especificidades. Por isso, adotar uma linguagem mais simples, clara e objetiva pode ser uma maneira mais eficaz de favorecer a compreensão de um número maior de estudantes.

Princípio 2

Pessoas com deficiência têm os mesmos direitos que qualquer outra pessoa.

Ações práticas:

Trate todos os alunos ou participantes com respeito, evitando atitudes capacitistas como supervalorizar ou subestimar alguém por causa de uma deficiência. Por isso, evite expressões como:

- ⊗ “Ele é muito especial” — Isso pode reforçar a ideia de que a pessoa é diferente de forma negativa ou infantilizada.
- ⊗ “Ela tem deficiência, mas é muito inteligente” — A inteligência não está em oposição à deficiência. Essa frase sugere que você pode estar surpreso diante da capacidade da pessoa.
- ⊗ “Coitadinho, ele não merecia essa condição” — Esse tipo de comentário reduz a pessoa à deficiência e promove pena em vez de empatia e respeito.

Essas frases, ainda que bem-intencionadas, reforçam muitos estigmas e desigualdades. Antes de concluir que um aluno “não dá conta”, certifique-se de que ele teve acesso às condições adequadas para realizar a atividade, dentro das suas possibilidades. O objetivo não deve ser que ele alcance o mesmo resultado dos demais, da mesma forma e com a mesma qualidade ou rapidez, mas sim reconhecer e valorizar a maneira diversa como ele participa e realiza as tarefas. A tentativa, o esforço e a individualidade de todos os alunos, sejam eles com deficiência ou não, devem ser respeitados e acolhidos. Assim, **Prefira:**

- ⊗ Valorizar a autonomia, potencial e individualidade de cada pessoa.
- ⊗ Tratar todos com naturalidade e igualdade, sem exagerar qualidades ou subestimar capacidades.
- ⊗ Usar uma linguagem inclusiva e respeitosa, focada na pessoa e não na deficiência.

Princípio 3

- ⊗ Participação plena e efetiva na sociedade.



INCLUIR ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM SALAS REGULARES COM APOIO NECESSÁRIO.



A educação inclusiva vai além de simplesmente acolher estudantes com deficiência em sala de aula, ela representa um modelo que beneficia toda a comunidade escolar ao promover a equidade, o respeito às diferenças e o desenvolvimento de todos os alunos da escola. Essa abordagem garante aos estudantes oportunidades iguais de aprendizado e crescimento. Ao reconhecer a escola não só como um lugar para se aprender conteúdos, mas como um espaço de experiências, convivência e formação social.

Contrariando visões preconceituosas, estudos mostram que a presença de alunos com deficiência em salas regulares não compromete o desempenho dos demais, muito pelo contrário, contribui para um ambiente mais plural e para alunos e professores, que não apenas reconhecem as diferenças, mas também aprendem a valorizá-las e respeitá-las. O processo inclusivo, portanto, enriquece a vivência escolar de todos. O aumento das matrículas de pessoas com deficiência na educação básica e superior evidencia os avanços da inclusão: “em uma década (2003-2013) de investimento em práticas inclusivas, as matrículas de jovens com deficiência no Ensino Médio aumentaram quase 88%. Já no Ensino Superior, o aumento ficou pouco acima dos 83%” (INEP, 2020).

Como educador, você acredita no modelo atual de educação inclusiva? Mesmo que sua resposta seja negativa ou que ainda existam ressalvas, é importante reconhecer os avanços conquistados e os benefícios reais do modelo inclusivo. Voltar a um modelo segregador significaria não apenas um retrocesso histórico, mas uma perda significativa para a construção de uma sociedade mais empática, diversa e igualitária.



QUE TAL CONVIDAR UMA PESSOA NEURODIVERGENTE OU COM DEFICIÊNCIA PARA UM BATE-PAPO COM OS ALUNOS?

Prepare uma aula sobre os direitos das pessoas com deficiência e incentive os alunos a elaborarem perguntas para esse encontro.

O melhor jeito de quebrar estereótipos é colocar os alunos em contato direto com outras realidades e histórias. Além disso, atitudes como estas, podem contribuir para que os alunos com deficiência se identifiquem com os palestrantes. Ampliando sua autoestima e os reconhecendo como cidadãos que ocupam espaços de liderança e de divulgação do conhecimento.

Explore no bate papo quais dúvidas e curiosidades seus alunos possuem sobre o tema e aproveite essa oportunidade para instigar o diálogo e ampliar o entendimento dos alunos sobre a acessibilidade e sobre pessoas com deficiência.

Princípio 4

Pessoas com deficiência têm direito de fazer suas próprias escolhas.
Ações práticas:

- ⊗ Ouvir e respeitar as decisões da pessoa com deficiência sobre sua própria vida.

- ⊗ Estimular a autonomia no ambiente escolar. Quais atividades seu aluno consegue fazer sozinho? Incentive a realização de atividades práticas do dia a dia como: (ir ao banheiro ou lavar as mãos, escovar os dentes, se alimentar e brincar sem o seu auxílio).

- ⊗ Fornecer apoio (tecnologia assistiva, intérpretes, cuidadores) quando necessário, sem tirar a independência e autonomia do aluno.

Rotina de autonomia: Monte uma rotina visual (com imagens e símbolos) mostrando o passo a passo de uma tarefa do cotidiano, como lavar as mãos, por exemplo. Disponibilize essa rotina de modo acessível no banheiro ou próximo à pia. Incentive o aluno a seguir os passos sozinho, oferecendo apenas o apoio necessário. Isso contribui para o desenvolvimento da independência do aluno, além de favorecer sua organização e autoconfiança.

Princípio 5

Garantir educação de qualidade e em igualdade de condições.

Ações práticas:

- ⊗ Estimule a formação de professores para lidar com diferentes tipos de deficiência. É fundamental garantir o acesso à informação e ao preparo adequado para que as práticas pedagógicas sejam mais inclusivas e eficazes. Cobre esse direito junto à gestão escolar e às instâncias superiores.
- ⊗ O uso de materiais adaptados como braille, audiolivros e

recursos visuais também fazem a diferença. Incentive a aquisição desses materiais junto à escola.

❖ Valorize o planejamento pedagógico individualizado, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem.

❖ Mantenha um diálogo constante com os profissionais de apoio e intérpretes de Libras, para garantir que os conteúdos sejam acessíveis sem promover a segregação.

❖ Procure apoio em serviços públicos e instituições parceiras, como bibliotecas públicas, escolas bilíngues, ONGs e centros de referência.

Aqui vão alguns lugares que podem contribuir e prestar suporte acessível, que são referências na cidade de Belo Horizonte:

Pessoas cegas e baixa visão:



Pessoas com Transtorno do Espectro Autista:



Pessoas surdas:



Pessoa com Deficiência:



**COMO O PROFESSOR PODE
CONTRIBUIR PARA
AMPLIAÇÃO DE PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA EM
ESPAÇOS CULTURAIS**

A Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência em seu Capítulo X trata do direito de acesso a bens culturais, esportivos e de turismo. Nesse sentido, os espaços culturais e museus, ao longo dos anos, vem desenvolvendo atividades e recursos de acessibilidade para promover o acesso à cultura e a fruição das pessoas com deficiência nesses espaços . Assim, é importante ao planejar uma atividade extraescolar considerar a presença dos alunos com deficiência e planejar junto com o museu ou centro cultural para garantir que esses estudantes aproveitem ao máximo a visita. Assim:

- ⊗ Sempre Indique a presença das pessoas com deficiência no grupo e forneça o máximo de informações, pois isso possibilita às equipes a se preparem e planejar estratégias para garantir uma boa visita para todo o grupo;

- ⊗ Converse com a equipe da instituição a ser visitada para verificar os recursos de acessibilidade disponível;
- ⊗ alguns locais têm tecnologias assistivas como audiodescrição da exposição, vídeos em Libras que são disponibilizados no momento da visita;

- ⊗ Caso o intérprete de Libras da escola não possa acompanhar a atividade, alguns locais possuem intérprete que pode acompanhar a visita mediante agendamento prévio;

- ⊗ Caso seja necessário, os pais ou responsáveis pelas crianças podem acompanhar as visitas.

Levar os estudantes com deficiência para os museus e outros centros culturais é uma maneira de auxiliar esses locais a aprimorarem as suas práticas e a desenvolver ações voltadas à diversidade de públicos existentes na sociedade.



A ACESSIBILIDADE NAS VISITAS AO ESPAÇO DO CONHECIMENTO UFMG BATE-PAPO COM OS ALUNOS?



No formulário de inscrição, respondido pelos professores no momento do agendamento de visitas ao museu, há uma questão referente à presença de alunos com deficiência na turma que visitará o Espaço. Essas informações permitem à equipe educativa do museu a se preparar: pensar sobre recursos sensoriais a serem utilizados, além de como se dará os deslocamentos entre os andares de exposição. Vale destacar que as exposições possuem espaço para trânsito de cadeirantes, elevadores e uma cadeira de rodas disponível para as pessoas com mobilidade reduzida, idosos ou qualquer outra pessoa que solicite o seu uso na recepção do museu. Possuímos mapas táteis localizados em cada andar do prédio, com o objetivo de orientar os visitantes com deficiência visual em seu percurso pelo Espaço do Conhecimento UFMG. No primeiro e quinto andar, esses mapas se encontram à esquerda, e nos demais andares estão fixados em frente à saída do elevador. Os mapas contêm informações sobre a localização dos banheiros, elevadores, escadas e exposição. Além disso, a exposição de longa duração conta com uma audiodescrição e a de curta duração possui um audioguia com os textos expostos, além da tradução dos textos curatoriais na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

No planetário, há uma sessão em Libras, elaborada pelo Núcleo de Astronomia, abordando a perspectiva dos índios tupis-guaranis sobre o céu. A sessão traz narrativas que envolvem o sol, a lua, os pontos cardeais, as mudanças nas estações, o eclipse lunar e as constelações da Ema, Homem Velho, Veado e Anta. A partir de setembro de 2025, foi incluída na programação do planetário a Sessão Netuno, uma experiência sensorialmente adaptada, criada especialmente para crianças e adultos autistas. Com som ajustável, linguagem adaptada e iluminação suave, cada detalhe foi pensado para tornar o momento acolhedor, para que a curiosidade possa florescer livremente sem sobrecarga sensorial.

Esses recursos de acessibilidade estão disponíveis para os grupos agendados e para as visitas espontâneas.

MATERIAIS DO ESPAÇO DO CONHECIMENTO UFMG SOBRE O TEMA DA ACESSIBILIDADE E PRODUÇÕES ACESSÍVEIS PARA EXPLORAR EM SALA DE AULA:



A HISTÓRIA DAS PARALIMPÍADAS:



ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL (PARIS 2024):



SETEMBRO AZUL: A LIBRAS COMO LÍNGUA E A HISTÓRIA DA LIBRAS

Por muitos séculos, pessoas surdas ao redor do mundo eram consideradas incapazes de aprender simplesmente por terem uma deficiência. No Brasil, infelizmente, isso não foi diferente. Essa visão capacitista apenas começou a mudar com transformações que ocorreram, num primeiro momento, na Europa, a partir do século XVI, quando educadores, por conta própria, começaram a se preocupar com esse grupo.

A HISTÓRIA DO SETEMBRO AZUL OU SETEMBRO SURDO:



A HISTÓRIA DA LIBRAS: A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS



TRABALHO E INCLUSÃO

Atualmente, a realidade das pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro ainda é marcada por desafios significativos. De acordo com dados do eSocial, o Brasil conta com cerca de 545.940 pessoas com deficiência inseridas no mercado formal, representando apenas uma pequena fração da população total com deficiência no país. A inserção dessas pessoas no mercado de trabalho é frequentemente dificultada por barreiras físicas, metodológicas e comportamentais, que limitam suas oportunidades e perpetuam a exclusão.



INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO DO CONHECIMENTO

Tendo em vista premissas de acessibilidade e inclusão social, o Espaço do Conhecimento UFMG tem realizado projetos educativos para se tornar cada vez mais acessível e inclusivo. Por meio de ações formativas realizadas com a equipe interna do museu, busca-se eliminar atitudes discriminatórias e preconceitos para com as pessoas com deficiência. Tal iniciativa visa estabelecer, na equipe, o entendimento da diversidade humana, bem como desenvolver atitudes acolhedoras, promovendo, assim, a acessibilidade atitudinal.



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DOS SURDOS NAS ESCOLAS

O ambiente escolar representa uma importante instância de aprendizado, socialização e interação com a alteridade. Entretanto, quando barreiras e atitudes capacitistas colocam em risco o caráter construtivo da experiência educacional, estes espaços podem contribuir diretamente para a perpetuação da exclusão social de pessoas com deficiência.



PROJETO SÁBADO COM LIBRAS VIRTUAL — APRENDENDO SINAIS EM LIBRAS DE CONTEÚDOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS

O Projeto “Sábado com Libras Virtual — Aprendendo sinais em Libras de conteúdos científicos e culturais” é uma iniciativa do Espaço do Conhecimento UFMG que visa oferecer oficinas online de Língua Brasileira de Sinais (Libras) sobre temas científicos e culturais.



VISITA VIRTUAL À MUNDOS INDÍGENAS ACESSÍVEL EM LIBRAS

Na Visita Virtual à Exposição Mundos Indígenas acessível na Língua Brasileira de Sinais, somos convidados a conhecer os mundos Yanomami, Ye'Kwana, Xakriabá, Maxakali e Pataxóop.



REFERÊNCIAS

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Edições SESC SP, 2016.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 01 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DIÁRIO PCD. Apenas 22% dos educadores se sentem preparados para atender estudantes com deficiência. 2022. Disponível em: <https://diariopcd.com.br/2022/05/18/apenas-22-dos-educadores-se-sentem-preparados-para-atender-estudantes-com-deficiencia/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

DINIZ, Débora. O que é a deficiência?, 2017

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica e Superior 2020: resumo técnico. Brasília: Inep, 2020.

INSTITUTO UNIBANCO. Educação inclusiva: um direito inegociável. Em Debate [multimídia], s.l., s.d. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-inclusiva-um-direito-inegociavel>. Acesso em: 09 jul. 2025.

ITAÚ SOCIAL. A pandemia não pode servir de desculpa para excluir estudantes com deficiência. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/a-pandemia-nao-pode-servir-de-desculpa-para-excluir-estudantes-com-deficiencia/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?, 2015.

SARRAF, Vera Dodebei. Acessibilidade cultural: o museu na perspectiva da pessoa com deficiência. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 14, n. 1, p. 107–122, 2008.

FICHA TÉCNICA

Diretoria Científico-cultural

Sibelle Cornélio Diniz da Costa

Camila Mantovani

Coordenação do Projeto de Apoio a Inclusão e a Acessibilidade (PIPA)

Camila Mantovani

Coordenação do Núcleo de Comunicação e Design

Camila Mantovani

Concepção e conteúdo

Dinalva Andrade

Priscila Gabriele Martins Silva

Wellington Luiz Silva

Yasmin Dias Soares

Revisão

Camila Mantovani

Trindade Monografias &Edições

Design editorial, capa, ilustrações e diagramação

Olganelise Möller

Julia Cremadez

Catarine Godoy

Reitora

Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-reitor

Alessandro Fernandes Moreira

Pró-reitoria de cultura

Fernando Mencarelli

Mônica Ribeiro

Realização

Espaço do Conhecimento UFMG

Instituto Unimed-BH

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão UFMG (NAI)



Lei Rouanet
Incentivo a
Projetos Culturais

mantenedor



gestão



Fundação
Rodrigo Mello
Franco de Andrade



Fundação
apoio do/da

Patrocínio viabilizado pela doação de pessoas físicas.

realização



Espaço do
Conhecimento
UFMG

PROCULT
PRÓ-REITORIA
DE CULTURA

UFMG

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



Espaço do
Conhecimento
UFMG